

REINO DE DEUS NO ANTIGO TESTAMENTO

Preparado pelo Pr. Isaltino Gomes Coelho Filho, para a Escola de Pastores do Presbitério da Igreja Presbiteriana de Niterói

Entre os muitos aspectos do confuso cenário evangélico contemporâneo está a própria essência da pregação. O que, exatamente, deve ser o objeto da nossa pregação? Vários grupos e segmentos evangélicos apresentam partes da mensagem como sendo o todo. Ou enfatizam uma parte como padrão hermenêutico para o todo. Expulsão de demônios, que são um aspecto da mensagem do evangelho, acaba se tornando o fulcro de toda a pregação. Da mesma forma com cura divina, e assim se pode falar de muitos outros aspectos. Quando se ouve falar de “Igreja dos Sinais e Prodígios” é que se vê que esta generalização da mensagem por uma parte é mesmo acentuada.

Olhando os evangelhos, vemos que a pregação de Jesus, desde o início, foi muito específica: “Ora, depois que João foi entregue, veio Jesus para a Galiléia pregando o evangelho de Deus e dizendo: O tempo está cumprido, e é chegado o reino de Deus. Arrependei-vos, e crede no evangelho” (Mc 1.14-15). A essência de sua pregação foi o anúncio do reino de Deus. Isto é tão acentuado que o capítulo 13 de Mateus é chamado de “o capítulo das parábolas do reino”. São sete parábolas (o número não é acidental, mas propositado – sete é o número da completude) em que o reino é mostrado desde a sementeira até a consumação. Apenas Mateus usa “reino dos céus” por ser judeu e procurar omitir o nome de Deus. “Reino de Deus” e “reino dos céus” significam a mesma coisa, portanto.

Uma reflexão sobre o reino de Deus ajudaria em muito a igreja evangélica contemporânea a definir bem sua linha de ação.

O conceito de reino estava tão em foco na pregação de Jesus que, em seu último momento físico na terra, este foi o tema da conversa dele com os discípulos: “Aqueles, pois, que se haviam reunido perguntavam-lhe, dizendo: Senhor, é nesse tempo que restauras o reino a Israel?” (At 1.6). Verdade é que, aqui, a palavra pode se referir à independência de Israel. Mas está ligada ao conceito de um reino, na mente dos discípulos. Do início da pregação de Jesus ao fim de sua presença física na terra, a idéia de um reino se faz presente. Ele veio estabelecer o reino.

Mas, afinal, quando o preletor vai falar de reino de Deus no Antigo Testamento? Ou, melhor ainda, por que temos que considerar o conceito no Antigo Testamento? Devemos considerar que o Novo Testamento não surge num vácuo teológico e histórico. Da mesma forma, seus conceitos não aparecem sem mais nem menos, sem ligação com um passado histórico e teológico. O conceito de Jesus é o que prevalece e é bem diferente do conceito de seus contemporâneos. E prevalece, inclusive, sobre o conceito de vultos do Antigo Testamento. Mas devemos olhar o conceito no Antigo Testamento. Porque, se os homens deturpam, Deus nunca. O que Deus dissera no Antigo Testamento? E, analisando a variação teológica, como e porquê esta sucedeu? É por aqui nossa caminhada. Com um toque final: em que isto nos atinge?

1. COMO O ANTIGO TESTAMENTO DEFINE REINO DE DEUS?

Esta é a primeira pergunta a fazer. Se vamos atrás de uma passagem bíblica específica para dar uma resposta, ficaremos frustrados. Porque a resposta é simples: “não define”. Cito John Bright, em sua obra *The Kingdom of God*: “Fora dos evangelhos, a expressão ‘reino de Deus’ não é muito comum no Novo Testamento, enquanto que, em todo o Antigo Testamento, ela não ocorre por completo”¹. Isto me surpreendeu, mas vi que Bright tem razão. Examinando criteriosamente a Concordância Bíblica, da SBB, verificamos que a primeira referência concreta ao reino de Deus aparece em Daniel 2.44, que diz: “Mas, nos dias desses reis, o Deus do céu suscitará um reino que não será jamais destruído; nem passará a soberania deste reino a outro povo; mas esmiuçará e consumirá todos esses reinos, e subsistirá para sempre”. Estou desconsiderando expressões como 1Crônicas 29.11, que diz “teu, Senhor, é o reino”, que podem aludir a Israel ou ao conceito de

¹ BRIGHT, John. *The Kingdom of God*. New York: Abingdom Press, 1963, p. 18

domínio de Deus, e passagens semelhantes no livro de Salmos. O fato é que a idéia de um reino comparado aos reinos da terra, só vamos encontrar em Daniel. Mesmo não endossando a idéia de uma data posterior para este livro, precisamos ser cautelosos na nossa análise para que ela não se sustente sobre bases que nos satisfaçam, mas que sejam insustentáveis para outros estudiosos.

Assim sendo, precisaremos caminhar por outra trilha. Para entendermos bem o assunto, não bastará alistar uma série de passagens bíblicas, tentar concatená-las e fazer uma exegese delas. O conceito deverá ser focado por outro ângulo. Vamos ver um pouco mais da questão, agora pelo aspecto lingüístico.

2. UMA DEFINIÇÃO SEMÂNTICA

Como disse antes, “reino dos céus” e “reino de Deus” são, em essência, a mesma coisa. Assim nos diz Elwell, “são variações lingüísticas da mesma idéia. A língua judaica freqüentemente colocava um termo apropriado no lugar do nome da Deidade”². Desta maneira, é ocioso fazer distinção entre os dois termos. O termo geralmente usado era *malekuth ha-elohym*, “reino de Deus”, ou *malekuth ha-shamaym*, “reino dos céus”. O Novo Testamento grego usa os termos *basileia tou Theou* (reino de Deus) e *basileia ton ouranon* (reino dos céus). Mas analisarei o conceito hebraico por duas razões: Jesus não pregou em grego, e sim em aramaico, língua assemelhada ao hebraico, e seus universos, cultural e lingüístico, eram hebraicos. Fiquemos com o hebraico, portanto. Jesus era um hebreu, e não um grego.

Malekuth é uma palavra preciosa, do ponto de vista de conteúdo. Seu significado é mais abstrato do que concreto. Ou seja, é mais um conceito que uma realidade concreta, visível e tangível. Geralmente, quando o autor de Crônicas fala do reinado de alguém, a frase é “no tal ano do *malekuth* de...”. A palavra é usada significando mais o reinado, o governo, do que a instituição monárquica. Em Daniel 2.37, 4.34 e 7.14 isto se torna mais acentuado porque a palavra é associada com conceitos abstratos como poder, força, domínio, glória. Em outras palavras, não é, nem primeira nem necessariamente, uma instituição física. É conceitual.

O desejo de Deus era que ele reinaria sobre Israel. O diálogo entre os homens de Israel e Gideão mostra que este, pelo menos, entendeu bem o propósito divino: “Então os homens de Israel disseram a Gideão: Domina sobre nós, assim tu, como teu filho, e o filho de teu filho; porquanto nos livraste da mão de Midiã. Gideão, porém, lhes respondeu: Nem eu dominarei sobre vós, nem meu filho, mas o Senhor sobre vós dominará” (Jz 8.23-24). A proposta deles, vê-se na possível hereditariedade de domínio, era de uma monarquia, embora a palavra não apareça. O domínio deveria ser do Senhor, segundo Gideão.

O conceito de reino para nós se liga a uma instituição política. O conceito veterotestamentário é diferente. Numa alentada obra sobre os ensinamentos de Jesus, o teólogo Conner, após rastrear a idéia de “reino de Deus”, fundamentando-o no direito de Deus como Criador e como libertador de Israel do cativo egípcio, entra na área das definições de sua pesquisa. Diz ele, em certo momento:

A idéia geral de reino de Deus é o governo ou reinado de Deus. Como já vimos, sua soberania se estende sobre todo o universo. Como Criador e Sustentador do mundo, sua soberania se estende sobre todas as coisas. Isto se aplica ao homem em sua ordem moral. Sendo o homem um ser racional e moral não pode ser regido apenas pelas leis físicas e mecânicas. Sua obediência a Deus deve ser por escolha. Mas mesmo que o homem escolha desobedecer, mesmo assim está debaixo da lei moral. Não pode

² ELWELL, Walter (ed.). *Enciclopédia Histórico-Teológica da Igreja Cristã*. S. Paulo: Edições Vida Nova, 1990, 3^o vol., p. 262.

libertar-se de suas exigências. Neste sentido, todos os homens são súditos de Deus.³

Mais tarde voltaremos a esta citação de Conner, no tocante a todos os homens serem súditos de Deus. Neste momento, fiquemos com este aspecto: são súditos porque Deus é Criador e Rei sobre tudo e sobre todos. Isto tem respaldo na área da semântica, porque todas as vezes que *malekuth* é empregado com referência a Deus, o que está em foco é sua autoridade ou seu governo como rei do universo. A propósito, podemos ver aqui as passagens de Salmo 22.28 (“Porque o domínio é do Senhor, e ele reina sobre as nações”), 103.19 (“O Senhor estabeleceu o seu trono nos céus, e o seu reino domina sobre tudo”), 145.11-13 (“Falarão da glória do teu reino, e relatarão o teu poder, para que façam saber aos filhos dos homens os teus feitos poderosos e a glória do esplendor do teu reino. O teu reino é um reino eterno; o teu domínio dura por todas as gerações”), Obadias 21 (“Subirão salvadores ao monte de Sião para julgarem o monte de Esaú; e o reino será do Senhor”) e Daniel 6.26 (“Com isto faço um decreto, pelo qual em todo o domínio do meu reino os homens tremam e temam perante o Deus de Daniel; porque ele é o Deus vivo, e permanece para sempre; e o seu reino nunca será destruído; o seu domínio durará até o fim”). A presença do conceito nestes três livros é significativa. Salmos trata de liturgia, o texto de Obadias é profético, vindicativo, e o de Daniel põe a afirmação na boca de um pagão. Por todo o Antigo Testamento o que está em tela é o domínio de Deus, tanto sobre Israel, como sobre a história e sobre o mundo. Não importa o estilo literário, a unidade teológica permanece.

3. UMA MUDANÇA NOTÁVEL

Quando adentramos o Novo Testamento, observamos que o conceito já sofreu uma mudança. A perturbação de Herodes, em Mateus 2.3, mostra que ele entendera que o menino que nascera era postulante ao reino político de Israel. Herodes não era judeu. Era edomita, mas como todos os edomitas era aparentado com os judeus e imerso naquela cultura. Assim já nutria o conceito de um reino político. Em João 6.15, a multidão pretende tornar Jesus um rei político. E em João 18.36 ele faz questão de dizer que seu reino não é deste mundo. Para combater o conceito já popularizado, ele precisou retornar aos fundamentos do Antigo Testamento. Contribuiu para este conceito equivocando o fato de que há muito tempo Israel era dominado por potência estrangeira. Tanto que no dia da sua ascensão, os discípulos perguntam se era naquele momento que ele iria restaurar o reino a Israel (At 1.6). Evidentemente, o passado histórico, de uma monarquia institucionalizada, contribuiu para isto. Mas não foi o único motivo.

A fermentação política no tempo de Jesus levava os judeus a sonharem com a reinstauração da monarquia, mais particularmente com os tempos de Davi. Aliás, este se tornara um tipo do Messias, a ponto de, em Ezequiel 34.23-34, Davi ser sinônimo do Messias. Diz o texto: “E suscitarei sobre elas um só pastor para as apascentar, o meu servo Davi. Ele as apascentará, e lhes servirá de pastor. E eu, o Senhor, serei o seu Deus, e o meu servo Davi será príncipe no meio delas; eu, o Senhor, o disse”. Não era de se estranhar. Davi foi o maior rei que Israel conhecera. Desta maneira, o Messias deveria ser um novo Davi. Esta fermentação política acabou produzindo seitas estranhas no judaísmo. Se os zelotes eram mesmo revolucionários, um dos discípulos de Jesus, Simão, provavelmente foi atraído pelo ministério de Jesus, vendo-o como o possível rei político.

Nos tempos de Jesus, a idéia de um messias guerreiro estava sendo cultivada com vigor. Isto não aconteceu por acaso. Os muitos apocalipses da literatura pseudepígrafa davam espaço para uma escatologia milenar, como um reino terreno. O dispensacionalismo contemporâneo, que divide a história em épocas, brota deste momento histórico. O 4º Esdras, por exemplo, mostra um *aéon* terreno, dominado pelo pecado, que será substituído por *aéon* futuro, com a salvação terrena de Israel e sua vitória sobre os inimigos terrenos, principalmente Roma (na segunda visão do livro, um

³ CONNER, Walter. *Las Enseñanzas del Señor Jesús*. El Paso: Casa Bautista de Publicaciones, s/d, p. 77.

leão, animal símbolo de Judá, vence a águia, animal símbolo do Império Romano), vivendo os israelitas fiéis em um reino messiânico terreno até o juízo final ⁴.

Este apocalipticismo e esta visão de um reino terreno, que têm sua semente nesta literatura, encontraram alento em Ezequiel, como comentamos. Esta idéia se caracterizava pela expectativa de um messias-rei, enviado por Deus para restabelecer o reino de Israel em seu antigo esplendor. A idéia mais espiritual cedeu lugar a um conceito mais material. A queda da dinastia de Davi trouxe uma frustração muito grande. A aliança davídica, firmada por Iahweh com Davi, em 2Samuel 7.8-16, assegurava uma dinastia eterna. Diz o texto: “Agora, pois, assim dirás ao meu servo Davi: Assim diz o Senhor dos exércitos: Eu te tomei da malhada, de detrás das ovelhas, para que fosses príncipe sobre o meu povo, sobre Israel; e fui contigo, por onde quer que foste, e destruí a todos os teus inimigos diante de ti; e te farei um grande nome, como o nome dos grandes que há na terra. Também designarei lugar para o meu povo, para Israel, e o plantarei ali, para que ele habite no seu lugar, e não mais seja perturbado, e nunca mais os filhos da iniquidade o aflijam, como dantes, e como desde o dia em que ordenei que houvesse juízes sobre o meu povo Israel. A ti, porém, darei descanso de todos os teus inimigos. Também o Senhor te declara que ele te fará casa. Quando teus dias forem completos, e vieres a dormir com teus pais, então farei levantar depois de ti um dentre a tua descendência, que sairá das tuas entranhas, e estabelecerei o seu reino. Este edificará uma casa ao meu nome, e eu estabelecerei para sempre o trono do seu reino. Eu lhe serei pai, e ele me será filho. E, se vier a transgredir, castigá-lo-ei com vara de homens, e com açoites de filhos de homens; mas não retirarei dele a minha benignidade como a retirei de Saul, a quem tirei de diante de ti. A tua casa, porém, e o teu reino serão firmados para sempre diante de ti; teu trono será estabelecido para sempre”. O termo hebraico empregado na expressão “para sempre” é *ad olam*, que traz a idéia de eternidade. A “benignidade”, isto é, o *hesed*, o amor do pacto, nunca seria tirado. Mas o cativo mostrou uma interrupção na dinastia davídica. A teologia popular literalizou as promessas a Davi. Semelhantemente ao movimento hassidista mais contemporâneo dos hebreus, a cúpula teológica espiritualizou. Corriam, pois duas vertentes teológicas, na época de Jesus. Uma, que esperava um messias político, e outra, que esperava um messias espiritual. Estas duas vertentes mostravam concepções diferentes do reino de Deus. Um reino mais terreno, e outro, mais espiritual. Respeitosamente, me pergunto se muito do pré-milenismo dispensacionalista, que insiste num reino terreal de Jesus não é o herdeiro teológico desta visão de um reino material. Seu solo é o mesmo: a frustração com o mundo atual e a incapacidade de articular uma proposta substitutiva, fechando-se na visão de que só resta mesmo Deus acabar com tudo.

Voltemos ao judaísmo neotestamentário. Na seita essênica de Qumram, por exemplo, a expectativa de um messias-rei-guerreiro era intensa. Parece, segundo Schelke, que o livro de Hebreus tem como motivo secundário, combater o messianismo de Qumram, mostrando que todas as expectativas messiânicas se cumpriram em Jesus. Não há outro messias por vir. Comparando a pregação de Jesus com os ensinamentos essênicos e zelotes, diz Schelke: “O messianismo de Jesus é diferente do que prega o messias da guerra santa. Jesus rejeita mesmo absolutamente a guerra santa, tanto na forma imediata dos zelotes, como na derivada da expectativa de Qumram, escolhendo o caminho e o serviço do sofredor servo de Deus” ⁵.

O que ocasionou esta mudança foi a frustração que tomou conta dos judeus após a derrota para Babilônia, em 587 a. C., com o fim de Judá e a interrupção da dinastia de Davi, como já apontado. No cativo esta frustração foi transformada num processo de reformulação da teologia israelita. A expectativa messiânica se ampliou porque nos momentos de crise se procura por um salvador. É aqui, no retorno do cativo, que vai nascer o judaísmo. O judaísmo é diferente do hebraísmo sacerdotalista de antes do cativo. É uma religião normatizada por um livro. O seu nascedouro tem sido identificado em Neemias 8. Uma classe nova vai surgir, a dos intérpretes da

⁴ MACHO, Diez. *Apócrifos del Antiguo Testamento*, Madrid: Ediciones Cristiandad, 1984, vol. 1, p. 256.

⁵ SCHELKE, Herman. *A Comunidade de Qumram e a Igreja do Novo Testamento*. S. Paulo: Edições Paulinas, 1972, p. 59.

Torah. Com o desenvolvimento deste processo, a palavra dos intérpretes vai valer mais do que própria *Torah*. Que alerta para nós! É um perigo quando líderes iluminados passam a ter suas idéias valendo mais que a Palavra de Deus. É um dos mais graves riscos do institucionalismo religioso. Subordina-se a Palavra Divina à cultura do grupo. Como batista vejo isto muito bem...

Neste período, o do cativo e o retorno, floresce a idéia de messias nos moldes de um rei secular. Parece que a teologia popular se tornou muito forte. O modelo é Davi, como se pode ler bem em Ezequiel 34.23-24. não é de se estranhar, porque Ezequiel parece ter sido um líder popular, entre os cativos. Volto a citar o texto: “E suscitarei sobre elas um só pastor para as apascentar, o meu servo Davi. Ele as apascentará, e lhes servirá de pastor. E eu, o Senhor, serei o seu Deus, e o meu servo Davi será príncipe no meio delas; eu, o Senhor, o disse”. O que alguns teólogos do Antigo Testamento chamam de “davidismo” começa aqui ⁶. Não apenas a idéia de que o messias será descendente de Davi, mas a própria espera de um rei nos moldes de Davi. Não chega a ser um fenômeno como o sebastianismo português, porque não se esperava o retorno de Davi, mas um novo Davi. A primeira declaração de Mateus, que é a primeira declaração do Novo Testamento, é exatamente esta: “Livro da genealogia de Jesus Cristo, filho de Davi...” (Mt 1.1). Esperar-se um messias guerreiro, portanto, não era algo fora de propósito. Tanto que foi preciso que Mateus, escrevendo seu evangelho para os judeus, precisasse dizer que o filho de Davi era Jesus. E foi por isto que ele, Jesus, premeditadamente, entrou em Jerusalém montado em um jumentinho. Mostrou que sua montaria era um animal pacífico, e não um alazão, como os guerreiros macabeus usavam ⁷. Ele não era um guerreiro libertador. Era o Príncipe da Paz. Jesus era um homem que encarnava o Antigo Testamento. Isto nos adverte para um perigo ao qual nós também estamos sujeitos: submeter as Escrituras às nossas expectativas. Não podemos projetar nossos anseios para dentro da interpretação bíblica, fazendo deles um eixo hermenêutico. Este é um dos maiores erros do baixo pentecostalismo. O prumo hermenêutico passa a ser a necessidade do leitor.

Um outro perigo a se evitar: alguma coisa pode estar na Bíblia e não ser a expressa vontade de Deus. Os conceitos humanos sobre o reino não expressam o querer de Deus sobre o reino. É preciso entender exatamente o que Deus estava dizendo e como os homens entenderam.

4. UMA VISÃO RABÍNICA

Mas este conceito popular não era o conceito dos rabinos, autores de uma escatologia oficial e nacional. Eles mantiveram o conceito do Antigo Testamento, de um reino espiritual. Para os rabinos e, principalmente entre os fariseus, o reino era um conceito puramente escatológico. Para eles, quando alguém “se submete ao domínio divino, aceitando sobre si ‘o jugo da soberania dos céus’, o reino de Deus opera eficazmente, já no momento presente. Ele, porém, manifestar-se-á apenas nos fins dos tempos” ⁸. Como cristão, eu subscreveria este conceito, com facilidade. Uma observação necessária: mais uma vez vemos o descompasso entre a teologia oficial e a teologia popular. Desta vez, a teologia popular estava errada.

O conceito de reino como realidade espiritual se manteve razoavelmente inalterado na teologia oficial de Israel, em ambos os Testamentos. Isto nos chama a atenção para um fato: a liderança religiosa de Israel, no Novo Testamento, talvez tenha entendido Jesus melhor que seus próprios discípulos. Enquanto eles lutavam com um conceito de reino terreno, eles sabiam que *malekuth ha-elohym* era um conceito espiritual. As reivindicações de Jesus tinham um caráter espiritual que não passou despercebido a eles. Se considerarmos isto, teremos aqui mais um elemento que nos ajudará a entender porque homens tão instruídos nas Escrituras do Antigo

⁶ Sobre “davidismo” recomendo o livro de Schwantes, Milton: *Ageu*, co-edição da Imprensa Metodista, Editora Sinodal e Editora Vozes.

⁷ Sobre isto, vale a pena ler *Jesus Cristo e Revolução Não Violenta*, de Trocmé (Editora Vozes) e *Jesus e os Revolucionários de Seu Tempo*, de Cullmann (também da Vozes).

⁸ FRIES, Heinrich (dir.) *Dicionário de Teologia – Conceitos Fundamentais da Teologia Atual*. S. Paulo: Edições Loyola, 2^a ed., 1987, vol. 6, p. 15

Testamento se indignaram tanto com as reivindicações de Jesus. Esperavam o reino de Deus como Jesus pregava, mas não na maneira como ele pregava: o reino vindo por um homem. Sua instalação teria que ser escatológica com manifestações cósmicas, não pela pregação e pelo ministério de uma pessoa humana. É possível conhecer muito das Escrituras e não aproveitar o conhecimento em sua própria vida. Que isto não aconteça conosco. Podemos sair daqui com bastantes informações, mas elas nos serão inúteis se não forem internalizadas em nosso caráter. Por isto, lembremos das palavras de um ex-fariseu, homem bem versado nas Escrituras do Antigo Testamento, e com profundo conhecimento de Jesus Cristo: “O reino de Deus não consiste em comida e bebida, mas em justiça, paz e alegria no Espírito Santo” (Paulo de Tarso, em Romanos 14.17). Que a reflexão sobre o reino nos ajude a melhorar nossa vida. O reino está dentro de nós e não depende de uma instituição. Por mais que a prezemos.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Em que isto nos toca? Voltemos à palavra de Conner, de que todos os homens, num certo sentido, são súditos de Deus. São mesmo. Ele é o Senhor, por criação, por poder e por tudo que ele é. Há súditos rebeldes, de armas nas mãos contra Deus. O Salmo 2 ilustra isto muito bem. Nossa tarefa é chamar tais pessoas a deporem as armas, e como diz o Salmo 2, a beijarem o Filho, o introdutor do reino no mundo. A igreja precisa chamar os homens ao arrependimento e à rendição ao Senhor. Ela é agente do reino. Ela não é o reino, mas é proclamadora dele.

E algo mais: ser um salvo por Jesus Cristo é mais que estar envolvido com um processo religioso qualquer. É ser súdito do Senhor. Isto deve ser mostrado em nossa palavra e em nossa vida. Jesus é o Senhor, é o Rei, é o nome sobre todo o nome. Porque nele o reino se instalou na terra, e nele o reino se consumará na história. Falamos sobre o Antigo Testamento, mas temos que terminar aqui: na pessoa de Jesus. Este é o NOME, este é o SENHOR, este é o REI. O reino é dele e dele somos súditos. A Jesus, o amor e a submissão. Somos súditos dele.